



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 387, DE 05 DE JUNHO DE 2019.

**CRIA O PROGRAMA
PERMANENTE DE
ATUALIZAÇÃO CADASTRAL
DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS ATIVOS,
VINCULADOS AO REGIME
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL – RPPS.**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre programa permanente de atualização cadastral dos servidores ativos estatutários, cedidos e permutados, a ser mantido pelo Município, denominado de “CADASTRAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS”.

Art. 2º O cadastramento dos servidores será realizado a cada dois (2) anos e será regulamentado por Decreto.

Art. 3º O não fornecimento das informações exigidas, nas datas, locais e formas estabelecidas no Decreto a que refere o artigo 2º, autoriza:

I - a suspensão do pagamento da remuneração dos servidores,

II - a aplicação das penalidades disciplinares previstas no artigo 136 e seguintes da Lei Municipal nº 2.563/1992 (Estatuto dos Servidores Municipais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 05 de Junho
de 2019.

WALDEMAR DE CARLI,
Prefeito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA AO PL 387/2019

O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar uma ferramenta de gestão de recursos humanos denominado de CADASTRAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, com a finalidade de dar maior eficiência administrativa.

Com este programa, todo servidor ativo, fica obrigado a realizar a atualização cadastral, no mínimo a cada dois anos, cujos detalhes serão disciplinados por Decreto Executivo.

A ausência de um programa permanente de atualização cadastral dos servidores ativos está gerando apontamentos do Tribunal de Contas do Estado, tendo em vista a Portaria nº 403, do Ministro de Estado da Previdência Social, que estabelece as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências.

O RPPS deverá estar fundamentado em base cadastral atualizada, completa e consistente, inclusive no que se refere ao tempo de contribuição dos servidores, devendo contemplar os dados de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS do ente federativo.

Assim, encaminhamos o presente Projeto de Lei para a devida tramitação na Câmara de Vereadores.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 05 de junho
de 2019.

WALDEMAR DE CARLI,
Prefeito.